

Abordagem do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil

Ilse Maria Beuren

Doutora em Contabilidade e Controlaria
Faculdade de Economia e Administração de São Paulo - FEA/USP
Professora da Universidade Regional de Blumenau - FURB
Endereço: Rua Alameda Adolfo Konder, 1000, Apto 601
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil - CEP 88034-040
e-mail: ilse@furb.br

Romualdo Douglas Colauto

Doutorando em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Endereço: Rua Acelon Pacheco da Costa, 295 - Apto 308, A - Itacorubi
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil – CEP 88034-040
e-mail: rdcolauto@terra.com.br

Abordagem do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil

Resumo

O artigo aborda o capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil. Para tanto, foi realizada pesquisa exploratória em fontes secundárias, com abordagem lógica dedutiva. O trabalho busca preencher uma lacuna existente na literatura quanto à necessidade de se considerar os elementos intangíveis, em particular, os relacionados ao capital intelectual, no processo de mensuração dos ativos das organizações. Inicialmente, faz uma incursão na conceituação e características de ativos, bem como na sua mensuração. Após, aborda os aspectos conceituais do capital intelectual, centrando maior atenção nas alternativas relacionadas à sua avaliação. Na seqüência, mostra o capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil e apresenta considerações finais ao estudo. Com base na pesquisa realizada, observou-se que os ativos possuem diversos atributos passíveis de mensuração, e a consideração de mais de um atributo pode ser relevante aos usuários da informação contábil.

Palavras chave: Linguagem contábil, Mensuração de ativos, Capital intelectual.

1. Considerações iniciais

A contabilidade tem como objetivo principal prover aos usuários informações tempestivas e preditivas que subsidiem as decisões de uma entidade. De acordo com a *American Accounting Association* (Associação Americana de Contabilidade) AAA (1957, p.1) a “função principal da contabilidade é acumular e comunicar informações essenciais à compreensão das atividades de um empreendimento”. Os objetivos da contabilidade propostos pela AAA são considerados por Most (1977) como revestidos de praticidade e abrangência. Na perspectiva do usuário interno, objetiva prestar informações relevantes para atender às necessidades de planejamento, execução e controle. Para o usuário externo, gerar informações com a finalidade para auxiliar os investidores, credores e outros usuários na tomada racional de decisões quanto aos investimentos, créditos e outras semelhantes.

Para Ludícibus (2000, p.20), o estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito em duas bases distintas: fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações, que se presume atender a todos os tipos de usuários; ou a contabilidade deveria ser capaz de prover informações diferenciadas para cada tipo de usuário para subsidiar o processo decisório. Embora a segunda base seja mais preconizada na literatura, ainda é incipiente a elaboração de demonstrações contábeis completas e customizadas para cada tipo de usuário, seja em função do desconhecimento, por parte dos profissionais de contabilidade, de quais informações interessariam aos diversos usuários, ou porque a estrutura do modelo decisório de cada usuário não é uniforme ou não se tornou pública.

As demonstrações contábeis configuram-se como um dos principais meios de comunicação entre a empresa e os agentes econômicos, ao apresentarem os fatos acontecidos ao longo da existência das entidades, permitindo a avaliação da situação econômico-financeira atual da empresa e, concomitantemente, análises prospectivas. Com relação aos interesses dos acionistas, estes buscam nas demonstrações contábeis predizer os lucros e dividendos futuros, assim como estimar o valor da empresa.

A informação contábil, como meio pelo qual a contabilidade exterioriza a situação patrimonial, financeira e econômica da organização resulta da aplicação de conceitos e normas prescritos por postulados, princípios e convenções contábeis. A normatização busca neutralizar os possíveis ruídos causados pela interpretabilidade pessoal dos fatos contábeis, bem como prevenir possíveis manipulações intencionais, para que a informação consiga atingir seu objetivo de bem informar o tomador de decisões.

Nesse aspecto, faz-se necessário adotar formas adequadas de mensuração dos ativos, sendo que a escolha de uma base específica é influenciada pelos objetivos de mensuração dos ativos, os quais podem, segundo teoria da comunicação, serem classificados como sintáticos, semânticos e pragmáticos.

O processo de mensuração de ativos intangíveis, como itens componentes dos ativos das empresas, gera algumas dúvidas quanto à praticabilidade das metodologias sugeridas pelas bibliografias pertinentes, particularmente no que se refere ao capital intelectual. Almeida (2001, p.10) comenta que o “enfoque clássico de medida em contabilidade é essencialmente quantitativista, apoiado no processo

digráfico, o que limita o tamanho e o tratamento dos fatos econômicos, porque se apóia numa estrutura calculatória oriunda da aritmética”. A partir deste pressuposto, origina-se a síndrome de exatidão, de forma que este reducionismo implica em dificuldades na quantificação de informações de natureza subjetiva.

O processo de mensuração de ativos pode variar em função dos diversos objetivos da contabilidade. A diversidade de métodos de mensuração respalda-se na não possibilidade de deferir um método, que isoladamente, possa atender adequadamente às finalidades informativas. Conseqüentemente, a mensuração de ativos com ênfase no capital intelectual, suscitam algumas questões quanto à metodologia a ser adotada para subsidiar a orientação de decisões gerenciais futuras. Assim, o artigo tem por objetivo fazer uma incursão teórica no processo de mensuração de ativos, centrando maior atenção nas alternativas relacionadas ao capital intelectual, sob o enfoque da tridimensionalidade da linguagem contábil, abordagem preconizada segundo a ótica da teoria da comunicação.

2. Delimitação do problema

A continuidade do empreendimento requer a pré-disposição para imergir ao campo da competitividade e buscar a liderança em nível global. Os gestores, para administrar seu negócio com maior eficiência, devem entender a organização como parte da economia globalizada. Como decorrência, as incertezas são freqüentes, assim demandam informações relevantes e tempestivas complementares às contábeis para subsidiar o processo decisório.

Não raramente os objetivos da mensuração dos ativos coincidem com os objetivos da contabilidade, preconizados pelo *Financial Accounting Standard Board* (Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira) FASB (1980) no *Statements of Financial Accounting Concepts* (Pronunciamentos de Conceitos de Contabilidade Financeira) SFAC nº 4, como:

- I) fornecer informações que sejam úteis para os investidores, credores e outros usuários na tomada de decisões racionais sobre créditos, investimentos e similares. Tais informações devem ser compreensíveis aos que possuem uma noção razoável das atividades econômicas e estejam dispostos a estudar as informações adequadamente;
- II) proporcionar informações que ajudem os atuais e futuros investidores, credores e outros usuários na verificação das quantidades, tempo e incerteza dos recebimentos de caixa futuros, obtidos de dividendos ou juros e também dos recebimentos provenientes das vendas, do resgate dos títulos ou empréstimos. Como os fluxos de caixa de investidores e credores estão relacionados aos fluxos de caixa da empresa, os relatórios financeiros devem ajudar investidores, credores e outros a avaliar os montantes, tempo e a incerteza das possíveis entradas líquidas de caixa da empresa em questão; e
- III) fornecer informações quanto aos recursos econômicos de uma empresa, as demandas desses recursos (obrigações da empresa em termos de transferência de recursos a outras entidades e a participação dos proprietários) e os efeitos de transações, eventos e ocorrências que alterem esses recursos e os direitos sobre eles.

Embora o FASB não rejeite os objetivos sintáticos e semânticos, apresenta maior preocupação com o enfoque pragmático, direcionado à utilidade ou relevância da informação contábil para os investidores e outros usuários. No entanto, de acordo com a teoria da comunicação, Dias Filho (2000) ressalta que a eficácia de uma mensagem é medida pela quantidade de informações assimilada e pelo volume de alternativas que ela permite ao usuário descartar.

De forma sintetizada, a essência da informação está na redução das incertezas e dos riscos. Esta premissa guarda estreita relação com a capacidade de compreensão daquilo que se pretende transmitir. Nesse aspecto, Dias Filho (2000, p.47) comenta que os demonstrativos contábeis não constituem uma informação com existência própria, e sim, um conjunto de códigos carentes de significados:

em termos científicos, é incorreto pensar que eles contêm um significado

intrínseco, pois esse emana sempre da consciência interpretadora do destinatário. Se o usuário da mensagem não conseguir interpretá-la, não se pode dizer que tenha ocorrido uma comunicação, pois o ato comunicativo depende do conhecimento de um código capaz de unir o transmissor ao receptor, e sem ele a informação torna um ruído sem qualquer valor semântico.

Pode-se argumentar que a melhor compreensibilidade das informações depende também de outros atributos qualitativos, como a pontualidade, uniformidade e adequação dos dados aos modelos decisórios. Caso a informação transmitida seja incompreensível, todo o esforço para produzi-la torna-se inválido. Em tal circunstância, os dados não chegam ao *status* de informações, pois acabam por se tornar um conjunto de dados desprovidos de qualquer valor semântico.

Entende-se que o processo de mensuração dos ativos deve trazer em seu bojo as várias abordagens possíveis, uma vez que os métodos são incapazes de atender unanimemente às necessidades dos diversos usuários internos e externos. Por conseguinte, as várias abordagens devem ser vistas como complementares e úteis em momentos distintos.

Sob o enfoque do objetivo semântico de mensuração dos ativos, busca-se por meio de uma incursão teórica comentar três alternativas de avaliação do capital intelectual das entidades, por acreditar que este, por meio da sinergia proveniente da combinação entre valores tangíveis e intangíveis pode atribuir vantagem competitiva às entidades e, conseqüentemente, agregação de valor aos ativos patrimoniais. Considera-se como premissa norteadora do artigo, que o capital intelectual configura-se como um dos ativos intangíveis mais importantes que compõem o *goodwill*. E como tal deve ser avaliado em função de benefícios econômicos futuros.

3. Procedimentos metodológicos

O delineamento da pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório, utilizando-se fontes secundárias, com abordagem lógica dedutiva. De acordo com Tripodi, Fellin e Meyer (1981, p.64), o estudo exploratório tem por finalidade principal “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, a fim de fornecer hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Ao se referir à pesquisa exploratória, Andrade (2002) elenca como finalidades substanciais: a) proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; b) facilitar a delimitação do tema de pesquisa; c) orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou d) descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto.

A abordagem lógica dedutiva, segundo Popper (1972, p.33), é um método para submeter uma idéia nova, formulada conjecturalmente e ainda não justificada de algum modo (antecipação, hipótese, sistema teórico ou algo análoga), a partir da qual pode-se tirar conclusões por meio de dedução lógica. Explica que “essas conclusões são em seguida comparadas entre si e com outros enunciados pertinentes, de modo a descobrir-se que relações lógicas (equivalência, dedutibilidade, comparabilidade ou incomparabilidade) existem no caso”.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Cervo e Bervian (1983), busca explicar um problema a partir de referenciais teóricos já publicados. Pode ser utilizada independentemente ou como parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. Tem por finalidade conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado acerca de um determinado assunto ou problema. Para Marconi e Lakatos (2002), abrange a bibliografia já tornada pública em relato ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com os estudos já realizados.

Quanto aos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, o estudo se desenvolve num ambiente que preconiza a abordagem qualitativa. O método quantitativo, conforme Richardson (1999), caracteriza-se pelo não emprego de instrumental estatístico como base no processo de análise de um problema. Isto é, não se atém a numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Quanto à organização do conteúdo, faz-se inicialmente, como subsídio às discussões, uma incursão teórica nos aspectos conceituais e características dos ativos, bem como na sua mensuração. Depois, abordam-se a conceituação do capital intelectual e as metodologias de avaliação do capital intelectual, descritas por três autores considerados paladinos no processo de avaliação desses ativos intangíveis. Por fim, contempla-se o capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil, além das considerações finais ao estudo realizado.

4. Aspectos conceituais e características de ativos

Uma das primeiras tentativas de apresentação de uma conceituação abrangente de ativo foi proposto por Canning (1929, p.22), que o concebia como “qualquer serviço futuro, em termos monetários ou qualquer serviço futuro conversível em moeda, cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou conjunto de pessoas”. De maneira que o benefício do serviço do ativo é assegurado somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que o adquiriu. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.283), o conceito proposto por Canning permite uma interpretação semântica, ou seja, uma pessoa poderia definir um item do ativo examinando sua natureza econômica e legal.

Ludícibus (2000, p.130) fundamenta-se no conceito de ativo de Sprouse e Moonitz (1962), definido como “benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada”. Propõe que os ativos “podem ser construídos como resultado de esforço de pesquisas da empresa, de natureza contínua, pela organização excelente e por fatores intangíveis, não necessariamente ligados com o mundo exterior”. Expõe que, embora a definição de Sprouse e Moonitz enfatize excessivamente transações presentes ou passadas, aproxima-se bastante da consideração da potencialidade de serviços dos ativos para a empresa.

Na ótica de D`Auria (1958, p.65), “ativo é o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador, para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista”. Pelo conceito apresentado, percebe-se uma preocupação acentuada no aspecto do gerenciamento dos ativos, além de ser um conceito um tanto quanto restrito, talvez dado a sua época de concepção, pois menciona que os ativos são compostos por meios ou matérias. (LUDÍCIBUS, 2000). Essa afirmação pode conotar que os ativos são formados apenas por bens corpóreos ou tangíveis, abandonando-se a vinculação de elementos intangíveis, como o capital intelectual.

O SFAC nº 6 do FASB (1985) define ativo como benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em conseqüência de transações ou eventos passados. Além disso, para um item ser considerado como ativo, segundo o SFAC 5 (1985), deve atender aos seguintes requisitos: a) estar de acordo com a definição; b) ser mensurável; c) ser relevante; e, d) ser preciso (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

O *International Accounting Standard Board* (Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade) - IASB (2001, p.531) preceitua que os ativos são os “recursos controlados pela entidade como resultado de operações realizadas no passado, cujos benefícios econômicos serão gerados pela entidade”. O IASB esclarece que o benefício econômico futuro embutido em um ativo é o potencial de um determinado bem contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa ou equivalente à caixa da empresa. Pode ser também um potencial produtivo, entendido como a parte das atividades operacionais da empresa ou um processo industrial alternativo que reduz os custos de produção. Nesta definição, o benefício econômico futuro é o pilar fundamental no reconhecimento dos ativos. Portanto, o controle do ativo por parte da empresa ganha ênfase especial, em detrimento da propriedade jurídica.

O conceito de ativo proposto pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados) - AICPA, conforme Ludícibus (2000), conota um enfoque sintático ao mencionar que ativo é algo representado por um saldo devedor que é mantido após o encerramento dos livros contábeis, de acordo com as normas ou princípios de contabilidade, na premissa de que representa um direito de propriedade ou valor adquirido, ou ainda, um gasto realizado que criou um direito.

Os conceitos propostos mostram a preocupação em elucidar a necessidade dos ativos gerarem potenciais de benefícios econômicos futuros. Conseqüentemente, remetem à análise de algumas características comuns e fundamentais nas definições dos ativos. Nesse sentido, o FASB (1985), no SFAC nº 5, mapeou três características essenciais aos ativos: a) benefício futuro provável - envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta e indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuro, devendo haver algum direito específico a benefícios futuros positivos ou potenciais de serviços. Os direitos com benefícios nulos ou negativos não podem ser considerados como ativos; b) controle - os direitos pertencem a algum indivíduo ou empresa. O direito deve permitir a exclusão de outras pessoas, ou seja, controlar o acesso de outras entidades a esses benefícios, embora em alguns casos os direitos sejam compartilhados com pessoas ou empresas específicas; e, c) transações e outros eventos passados - os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos já ocorridos.

Observando essas características, Hendriksen e Van Breda (1999, p.285) exemplificam a necessidade dos ativos gerarem benefícios futuros prováveis positivos ou potenciais de serviço. Se um

prédio perde seu valor como gerador de utilidade, seu único valor reside no sucateamento dos materiais que o compõem. Caso o custo de remoção seja superior ao valor de liquidação dos materiais, o prédio não tem valor algum, não devendo ser considerado como um ativo. Por outro lado, o fato do valor futuro de um direito ou de um fluxo de serviço ser incerto não o exclui da definição de ativos. No entanto, lembram que “incerteza afeta a avaliação, mas só muda a natureza do item caso seja tão grande a ponto de fazer com que o benefício futuro esperado seja nulo ou negativo”.

Para o FASB, a principal característica do ativo é a possibilidade de incorporar benefícios futuros. Se essa característica não for preenchida, não se pode reconhecer a existência de um ativo em termos contábeis. Nesse sentido, Ludícibus (2000, p.130) aduz que, para algo se enquadrar como um ativo é imprescindível que apresente como características: a) ser considerado à luz de sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle, normalmente as duas condições virão juntas; b) precisa estar incluído no bojo do ativo, algum direito específico a benefícios futuros, ou em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar potencialidade de fluxos de caixa futuros para a entidade; e, c) o direito precisa ser exclusivo da entidade.

Com relação aos ativos intangíveis, estes representam, segundo Carneiro e Marques (2003), direitos incorpóreos, sem expressão física e que, portanto, não podem ser tocados. De acordo com o IASB (2001), os intangíveis são ativos não monetários sem substância física, mantidos pela empresa e empregados na produção de bens e serviços, no aluguel para terceiros, ou em finalidades administrativas. Martins (1972, p.53) explica que a contabilidade, tradicionalmente, faz uma divisão entre ativos tangíveis e intangíveis, mas que há uma dificuldade em defini-los, reconhecê-los e mensurá-los:

Se quisermos ligar a etimologia da palavra intangível à definição dessa categoria de ativos nada conseguiremos, a não ser concluir que não há tal significado etimológico no conceito contábil. Patentes são considerados ativos intangíveis; mas prêmios de seguros antecipados, não possuem qualquer caráter de tangibilidade maior do que aquelas, porém não pertencem ao grupo dos intangíveis. Na verdade, investimentos, duplicatas a receber, depósitos bancários, representam todos eles direitos, mas, apesar da falta de existência corpórea, são considerados tangíveis.

Para Hendriksen e Van Breda (1999,) os contadores têm procurado limitar o conceito de intangíveis, restringindo-o a ativos do permanente, ou seja, ativos não circulantes. Essa restrição permite excluir itens como contas a receber e despesas pagas antecipadamente. Martins (1972) expõe que a característica mais comum a todos os itens intangíveis é o grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados. Ressalta que a dificuldade de mensuração não é, entretanto, restrição suficiente para uma definição.

Os intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento como ativo deve obedecer às mesmas regras válidas para todos os ativos: a) estar de acordo com definição apropriada; b) ser mensurável; c) ser relevante; e, d) ser preciso. De modo que, quando um recurso intangível preenche esses critérios, deve ser reconhecido como ativo, assim como seria procedido com um recurso tangível (MARTINS, 1972).

Frente às características abordadas, infere-se que o principal atributo de um ativo é a potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros à empresa. Entende-se que o capital intelectual pode ser visto como um ativo, vez que gera benefícios futuros para a empresa detentora do mesmo. Dessa forma, pode-se conceber os ativos como a conjunção de recursos econômicos, materiais ou imateriais, de propriedade ou controle da empresa, utilizados na consecução dos fins estratégicos e operacionais da entidade e que geram uma expectativa positiva de fluxo de caixa futuro.

Reportando-se ao FASB (1985), a principal característica do ativo é a possibilidade de incorporar um benefício futuro. Se essas características forem preenchidas, é possível reconhecer a existência de um ativo em termos contábeis. No pressuposto da materialização dos ativos, opcionalmente aceitando-os como geradores de benefícios futuros, depara-se com o problema de sua mensuração.

3. Mensuração dos ativos

Mensurar significa determinar medidas ou dimensões (HOUAISS, 2001). O processo de mensuração envolve, segundo Chambers (1917), os seguintes elementos: a) um objeto sobre o qual uma operação será realizada; b) uma variável cujo valor será determinado; e, c) um tipo de instrumento pelo qual a operação será realizada. Glautier e Underdown (1994), Guerreiro (1989), Beuren (2000) fazem

referência ao conceito de mensuração de Chambers (1917, p.82) como a atribuição de números a objetos de acordo com regras, especificando o objeto a ser medido, a escala a ser usada e as dimensões da unidade. A mensuração é vista como “um processo de atribuição de números para representar qualidades; para a mensuração do objeto pode-se utilizar análise matemática como um poderoso instrumento”.

De acordo com Santos (1994), por mensuração entende-se o processo de atribuir valores numéricos para representar atributos específicos de objetos ou eventos selecionados: a) os objetos podem ser um ativo, um produto da empresa, um departamento ou mesmo a empresa como um todo; b) os eventos, a compra ou a venda de um ativo, o reconhecimento de um ganho ou de uma perda; e, c) os atributos, as características ou qualidades do fenômeno que serão mensurados.

Em qualquer situação, o ponto inicial no processo de mensuração é a delimitação de quais atributos do objeto ou quais eventos serão mensurados. De forma que os atributos selecionados devem guardar relevância e ajudar, de alguma maneira, na qualificação do processo decisório.

Na perspectiva da gestão empresarial, Glautier e Underdown (1994) definem mensuração como a atribuição de números a objetos de acordo com regras, especificando o objeto a ser medido, a escala a ser usada e as dimensões de unidade. Guerreiro (1989) observa que as mensurações são importantes para expressar objetivos, clarificar alvos a respeito dos quais as decisões precisam ser tomadas, assim como, para controlar e avaliar os resultados das atividades que estão envolvidas no processo de atingimento dos alvos.

Em termos contábeis, o processo de mensuração consiste, segundo Santos (1994), na atribuição de números para objetos ou eventos, de acordo com regras (postulados, princípios, convenções), sendo esses números extraídos do sistema monetário. Embora, a mensuração como processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa seja sempre imaginada em termos monetários, Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que não se deve esquecer que dados não monetários, como a capacidade de produção em toneladas, número de operários, horas empregadas ou outros tipos de mensurações, podem compor as informações contábeis e serem úteis ao processo decisório.

Por meio do *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT, 1966, p.6) a AAA esclareceu que a “metodologia utilizada pela contabilidade inclui as diversas técnicas e procedimentos usados pelos contadores na mensuração, descrição e interpretação de eventos econômicos para seus usuários”. Sua aplicação resulta em uma expressão abstrata das atividades de aquisição, uso e disposição de fontes de recursos econômicos. Atributos específicos de fontes de recursos são descritos por métodos peculiares para a mensuração da magnitude de atributos em uma unidade monetária. Os resultados desse processo descritivo e interpretativo são expressos na forma de relatórios contábeis.

Nesse contexto, os contadores têm demonstrado relativa preocupação com informações de natureza não monetária, colocando-as em notas explicativas ou em demonstrações complementares. Como exemplo, pode-se citar os relatórios desenvolvidos pela Skandia (EDIVINSSON e MALONE, 1998), WM-data (SVEIBY, 1998), Módulo Security Solutions S/A (CAVALCANTI, GOMES e PEREIRA, 2001) e empresas como a Tigre S/A, Coca-cola, Embraco - Empresa Brasileira de Compressores S/A, Sadia S/A, entre outras, que demonstram preocupação em monitorar seus ativos por meio de indicadores não financeiros.

De acordo com a literatura pesquisada, percebe-se um impasse na definição de qual é a melhor maneira para se mensurar os ativos de uma empresa. Ludícibus (2000, p.129) menciona que ativo é ativo, independente de pertencer a uma ou outra classificação, a este ou aquele grupo. No entanto, há diversas alternativas possíveis para a sua mensuração. Estas alternativas estão agrupadas em: a) valores de entrada - representando os sacrifícios que a empresa teve ou terá para adquirir um determinado ativo, segmentadas em custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente ou de reposição e custo corrente corrigido; e, b) valores de saída - entendidos como os valores obtidos no mercado quando a empresa oferta um ativo estão classificadas em valores descontados das entradas líquidas de caixa futuras, preços correntes de venda, equivalente corrente de caixa e valores de liquidação.

A partir dos conceitos de ativos abordados até então, argüi-se que o problema da mensuração dos ativos reside na materialização dos conceitos, isto é, na tradução do potencial de serviços incorporados em cada ativo em valores monetários ao longo de um período. Ludícibus (2000) salienta que o AAA (1966) mostra que conceitualmente, a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados de uma taxa de probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais.

Todavia, este conceito apresenta algumas dificuldades de ordem prática, forçando a adoção de metodologias alternativas com maior grau de objetividade. Saliencia-se que o objetivo deste artigo não é aprofundar-se nos diferentes métodos de mensurar os ativos. Mas, evidenciar que as teorias de mensuração de ativos almejam, de fato, a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que os ativos apresentam para uma entidade.

O capital intelectual, como um dos elementos do *goodwill*, merece ter reconhecido sua aderência ao conceito de ativo pelo potencial de benefícios futuros que a entidade associa a um certo objeto. Isso decorre do direcionamento de benefícios que o capital intelectual oferece às entidades. Nesse caso, o potencial de benefícios futuros se dá por meio do aprendizado interativo contínuo, do relacionamento com os clientes, implantação de novas técnicas de gestão, melhor aproveitamento dos recursos, entre outros benefícios, que indubitavelmente conferem à entidade a possibilidade de convertê-los em resultados, caracterizando, dessa forma, o capital intelectual como um ativo.

Para Ludícibus (2000, p.133), uma das críticas mais freqüentes ao método de avaliação individual dos ativos é que vários ativos contribuem, conjuntamente, para a produção de fluxo de receitas líquidas, sendo difícil determinar a contribuição individual de cada um. E mesmo que possível, a soma individual desses ativos não coincidiriam com o valor total da empresa, em função de fatores intangíveis não individualizáveis.

Monobe (1986) mostra uma metodologia de mensuração de intangíveis, utilizada para se chegar ao valor do *goodwill* não adquirido. Em tal metodologia, o *goodwill* é fruto da sinergia da organização, significando que o funcionamento em conjunto dos ativos produz um resultado econômico maior do que a soma dos resultados que produziriam se atuassem de forma isolada. Afirma que essa concepção mantém total coerência com todos os pontos importantes reconhecidos no estudo do *goodwill* e consolida a idéia de que este não é um ativo em si, mas que está intimamente ligado aos outros ativos, pois provém de seu funcionamento em conjunto.

Martins (2001) comenta que as demonstrações contábeis, em função dos princípios contábeis e por influência da legislação tributária, são incapazes de refletir o valor econômico de um empreendimento. Assim, as demonstrações poderiam ser ajustadas para se aproximarem do valor econômico. Uma vez que existem várias operações relevantes que normalmente não são registradas (*off-balance sheet*), como o arrendamento mercantil, posições em derivativos, garantias, *goodwill*, entre outras.

Ao se reportar aos valores intangíveis que as empresas não evidenciam nos relatórios contábeis tradicionais, Sveiby (1998) propõe a inclusão de um novo grupo de itens patrimoniais, denominado ativos invisíveis. Acredita que a contabilidade está centrada exclusivamente nos capitais físicos e monetários, ignorando um dos capitais mais importantes e relevantes nos empreendimentos contemporâneos, isto é, o capital intelectual (MARTINS, 2001).

Lopes (1999) lembra que o IASB (2001) faz inferência aos aspectos qualitativos das informações contábeis por meio do conceito de *true and fair presentation*, ou seja, apresentação verdadeira e justa da real situação econômica da entidade. Explica que as características qualitativas sempre possuirão subjetividade. O processo de mensuração requer um alto grau de julgamento entre os profissionais envolvidos com a preparação e a divulgação das informações emanadas da contabilidade.

No contexto do enfoque semântico, o pressuposto básico da mensuração dos ativos é que todas as medidas utilizadas devem possibilitar a interpretação das variações das posições financeiras ocorridas ao longo do tempo. Dada a natureza dos ativos intangíveis, sua avaliação é revestida de complexidade, e as propostas para a solução desse problema ainda não alcançaram êxito total, embora nenhuma delas tenha sido totalmente refutada.

Ocorre que alguns intangíveis apresentam significativa dificuldade de mensuração para que sejam considerados ativos, como: a) falta de usos alternativos; b) falta de separabilidade, isto é, só possuem valor em conjunto com outros ativos; c) alto grau de incerteza com relação à geração de benefícios futuros; e, d) dificuldades de mensuração levariam a um excesso de subjetividade, podendo mesmo dar margem à manipulação contábil.

Em função dessas dificuldades, segundo Carneiro e Marques (2003), a contabilidade, por conservadorismo, acaba muitas vezes não reconhecendo o intangível, o que justifica aos pesquisadores questionar se a forma de tratar os intangíveis atende às funções primordiais da contabilidade de bem informar os tomadores de decisões. Sobretudo, no contexto em que os ativos intangíveis vêm aumentando a composição da estrutura patrimonial das empresas.

A partir do pressuposto que as metodologias de avaliação do capital intelectual constituem-se

como importantes instrumentos no processo de identificação e mensuração do real valor das entidades, no que diz respeito ao valor intrínseco dos ativos, faz-se, na seqüência, uma incursão teórica nos conceitos de capital intelectual e, subseqüentemente, nas possibilidades de sua avaliação segundo critérios semânticos.

4. Aspectos conceituais sobre capital intelectual

A intensificação do valor do conhecimento humano e da aprendizagem interativa contínua é premente para as organizações adquirirem e manterem um diferencial competitivo na era da informação. Investir em pessoas e utilizar a inteligência plena dos participantes da empresa melhora a qualidade, eficiência, eficácia e amplia a competitividade. De acordo com Stewart (1997, p.XIII), o capital intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que proporciona vantagens competitivas.

Ao contrário dos ativos que os empresários e contadores estão familiarizados, como os equipamentos, imóveis, dinheiro etc., o capital intelectual é intangível. Representa o conhecimento da força de trabalho: o treinamento e a intuição de uma equipe de químicos que descobrem uma nova droga de bilhões de dólares ou o *know-how* de trabalhadores que apresentam milhares de formas diferentes para melhorar a eficácia de uma indústria. É a eletrônica que transporta informação na empresa à velocidade da luz, permitindo-lhe reagir a mercados mais rápido que suas rivais. É a cooperação, o aprendizado compartilhado entre uma empresa e seus clientes que forja uma ligação entre eles, trazendo, com muita freqüência, o cliente de volta.

As tentativas de definir ou explicar o capital intelectual têm sido alvo de diversos pensadores. Em princípio, falava-se muito em capacidade intelectual humana. Atualmente, adicionou-se ao conhecimento humano variáveis como as marcas, patentes, *designs*, lideranças, clientes, lealdade de clientes, tecnologia de informação, treinamento de funcionários, indicadores de qualidade, relacionamento com fornecedores, desenvolvimento de novos produtos e outros fatores. Embora esses sejam, mais adequadamente, denominados de ativos intangíveis, por englobar itens que não são, especificamente, capital intelectual, na essência das definições (BROOKING, 1996; STEWART 1997).

Stewart (1997) concebe o capital intelectual como a matéria intelectual, formada pelo conhecimento, informação, propriedade intelectual e experiência que pode ser utilizada para gerar riquezas. Para Brooking (1996), é uma combinação de ativos intangíveis, fruto das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis às empresas que capacitam seu funcionamento.

De acordo com Edvinsson e Malone (1998), o método mais elementar para entender o capital intelectual é a linguagem metafórica, por meio da comparação da empresa com uma árvore. Consideram a parte visível, as descritas em organogramas, relatórios anuais, demonstrativos financeiros e outros documentos; e o que está abaixo da superfície terrestre, o capital intelectual, compreendendo os fatores dinâmicos ocultos que embasam a empresa visível.

O conhecimento tornou-se um recurso econômico proeminente. De acordo com Stewart (1997), considerados produtos econômicos, a informação e o conhecimento são mais importantes que os bens tangíveis valorizados, sobretudo, na Era Industrial. Assim, ganha prioridade nas organizações compreender como os ativos do conhecimento operam e se manifestam nas empresas, e entender o porquê de se gerenciar o capital intelectual, em face de pouca semelhança entre as empresas da era da informação e da era industrial.

No enfoque do capital intelectual, as empresas passaram a se preocupar com conhecimento e com a possibilidade deste gerar vantagem competitiva para a organização que o administra. De forma que se inicia um novo processo para rever a organização, suas estratégias, estruturas e, principalmente, a cultura organizacional. Por conseguinte, entende-se que sob o enfoque semântico de mensuração do valor real das empresas, faz-se necessário a consideração dos ativos intangíveis. Contudo, não há instrumentos unânimes que permitam traduzir objetivamente tal riqueza. Entretanto, Antunes (2000) enfatiza ser imprescindível aos gestores o conhecimento, identificação e mensuração desses ativos ocultos para administrar a continuidade do empreendimento e divulgar informações mais próximas da realidade econômica.

Assim, na seqüência apresenta-se três metodologias mais citadas na literatura relacionada com tema objeto deste estudo: Karl Erik Sveiby (1998); Leif Edvinsson e Michael S. Malone (1998); e Thomas

A. Stewart (1997). Normalmente, os trabalhos que abordam a avaliação do capital intelectual trazem como referência básica estas metodologias e conceituações. Tais abordagens são consideradas pelo pioneirismo no desenvolvimento de pesquisas na área.

5. Metodologias de avaliação do capital intelectual

Sveiby (1998) propõe que os ativos invisíveis de uma organização sejam classificados em três grupos: competência do funcionário, estrutura interna e estrutura externa. Cada um desses grupos contempla indicadores de crescimento e renovação, eficiência e estabilidade. O modelo recebe o nome de Monitor de Ativos Intangíveis, como mostra o Quadro 1.

Competência	Estrutura Interna	Estrutura Externa
Indicadores de crescimento e renovação	Indicadores de crescimento e renovação	Indicadores de crescimento e renovação
Indicadores de eficiência	Indicadores de eficiência	Indicadores de eficiência
Indicadores de estabilidade	Indicadores de estabilidade	Indicadores de estabilidade

Fonte: Adaptado de Sveiby (1998)

Figura 1: Monitor de indicadores de ativos intangíveis

Vale lembrar que se deve selecionar apenas um ou dois dos índices para cada indicador, pois a utilização de mais de dois índices pode confundir os interessados. Quanto à finalidade da avaliação, Sveiby (1998) relaciona duas prioridades principais: a) apresentação externa, onde a empresa descreve, da forma mais precisa possível, aos clientes, credores, acionistas e outros usuários, a qualidade de sua gerência e a possibilidade de poder tratar um fornecedor ou credor como confiável; e, b) avaliação interna, funcionando como um sistema de gerenciamento de informações que possibilita os gestores conhecerem a empresa, monitorar seu progresso e adotar medidas preventivas e corretivas.

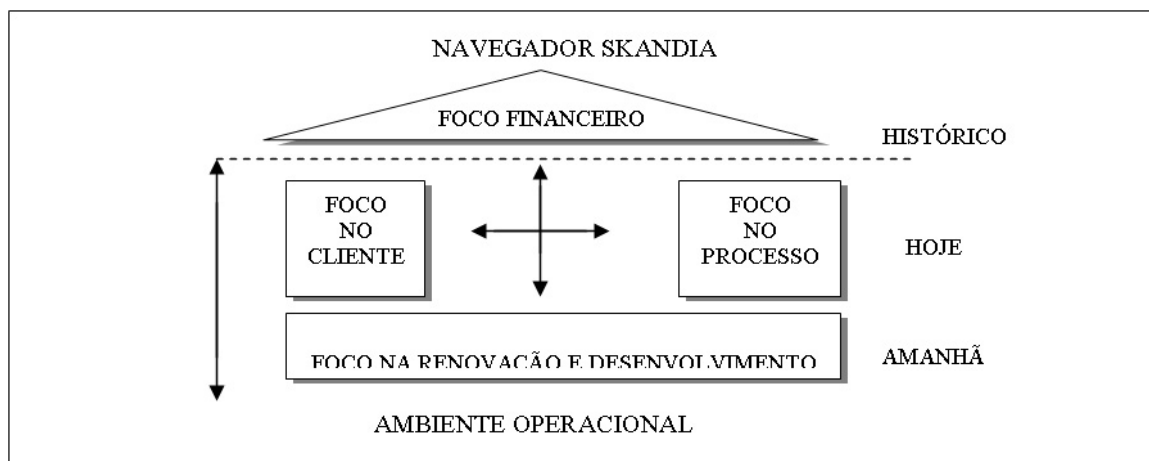
A utilização dos indicadores sugeridos ganha relevância quando são realizadas comparações com alguns parâmetros pré-estabelecidos, além do acompanhamento em vários períodos consecutivos. Conforme Sveiby (1998), toda avaliação nada significa se não for comparada com algum referencial. Explica que o acompanhamento dos indicadores deve cobrir, pelo menos, três ciclos de avaliação, antes de tentar analisar os resultados. O ideal é que as avaliações sejam repetidas anualmente.

A ênfase de todo o sistema de avaliação deve estar centrada e adaptada ao usuário final. Portanto, com o gerenciamento das informações busca-se enfatizar o fluxo, a mudança e os dados de controle, enquanto as apresentações externas devem incluir indicadores-chaves e um texto explicativo, porque não é possível compilar um balanço patrimonial inteiro que expresse todos os ativos intangíveis em termos monetários.

Edvinsson e Malone (1998) citam que a avaliação do capital intelectual requer segmentá-lo em dois grupos: capital humano e capital estrutural. O capital humano é composto pelo conhecimento, experiência, poder de inovação, habilidade dos empregados, cultura e filosofia da empresa, além da capacidade dos funcionários em combinar conhecimentos e habilidades para inovar suas funções, os quais não podem ser propriedade da empresa. O capital estrutural compreende os equipamentos de informática, *softwares*, bancos de dados, patentes, marcas registradas e o restante da capacidade organizacional que apóia a produção dos empregados e o relacionamento com os clientes, os quais são propriedade da empresa.

Com referência ao relacionamento com os clientes, crêem ser prudente desdobrá-lo para a categoria capital de clientes, por denotar maior importância à empresa. Desse modo, o capital de clientes contempla o valor do relacionamento com os clientes, que, embora soe estranho, este sempre esteve presente, de forma oculta no *goodwill*, sendo obtido pela subtração do valor de mercado da empresa quando negociada por um valor superior ao contábil, com o valor das patentes e os direitos autorais.

Juntas, essas formas de avaliação, buscam captar uma empresa em movimento à medida que transformam suas habilidades e seus conhecimentos em diferenciais competitivos e riqueza. Edvinsson e Malone (1998) aplicaram sua metodologia na companhia sueca de seguros e serviços financeiros Skandia, denominando o instrumento proposto de Navegador Skandia, como mostra a Figura 2.

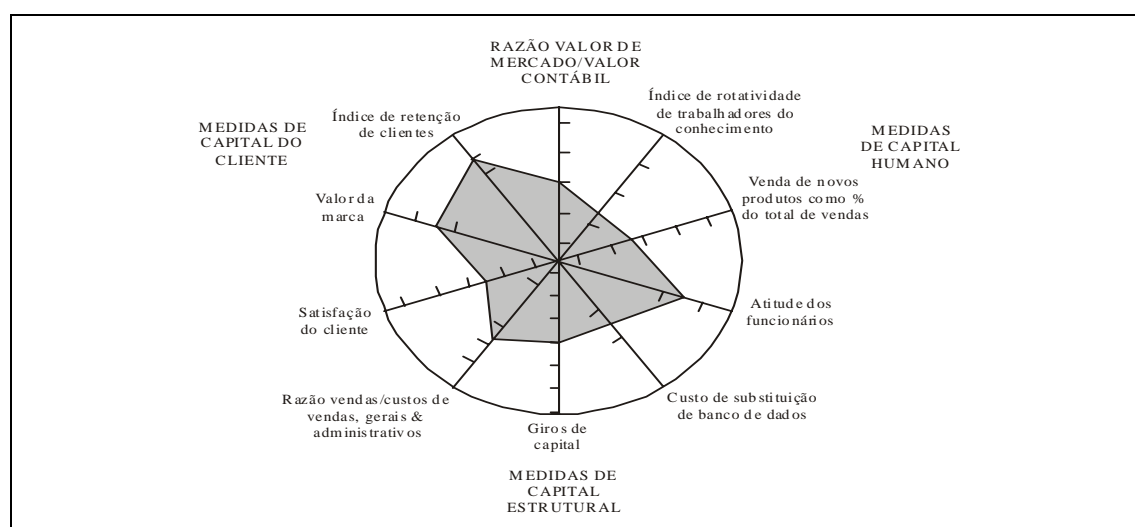


Fonte: Edvinsson e Malone (1998, p.60).

Figura 2 - Navegador Skandia

Os focos utilizados na representação do Navegador são áreas nas quais uma empresa direciona sua atenção. Desses focos origina-se o valor do capital intelectual no âmbito de seu ambiente. Dentro de cada foco foram estabelecidos indicadores que permitem avaliar o desempenho, sendo que a combinação dos cinco focos acaba em relatórios diferentes e dinâmicos. De forma que, os focos utilizados na representação do Navegador são áreas nas quais uma empresa direciona sua atenção. Desses focos origina-se o valor do capital intelectual no âmbito de seu ambiente.

Por último, para avaliar o capital intelectual, Stewart (1997) segmenta sua metodologia em quatro grupos: medidas do todo; medidas do capital humano; medidas do capital estrutural; e medidas do capital de clientes. Este conjunto denominado Navegador do Capital Intelectual. Sua aplicação resulta em uma alternativa para visualizar, de forma simultânea, diversas dimensões do capital intelectual e que poderiam atuar como um facilitador na gerência dos ativos do conhecimento. A Figura 3 ilustra o navegador do capital intelectual proposto por Stewart (1997) a uma empresa fictícia, utilizando uma medida geral denominada Razão Valor de Mercado/Valor Contábil, e três indicadores para cada um dos itens do capital humano, estrutural e do cliente.



Fonte: Stewart (1997, p. 219)

Figura 3: Navegador do capital intelectual

O navegador apresenta-se na forma de círculo dividido em escalas, cujos eixos não se preocupam em demonstrar valores, e sim as metas atingidas pelas empresas. Na prática pode-se definir escalas de maneira que as metas sejam alocadas às extremidades, onde o eixo cruza o círculo.

Traçando a posição em cada escala e ligando os pontos, obtém-se um polígono, mostrando no interior os resultados atuais e na parte externa o que se deseja atingir.

Com base nas três metodologias de avaliação do capital intelectual, pode-se argumentar que qualquer instrumento de avaliação é limitado pelo princípio da incerteza: todos dependem do observador. Frente, portanto, a real impossibilidade de se elaborar um modelo de avaliação desse ativo intangível verdadeiramente universal, que abarque todas as organizações, entende-se que as metodologias propostas, preferencialmente, devem servir como um referencial a partir do qual se possa trabalhar para elaborar um formato que melhor convenha a cada entidade.

Tais indicadores possibilitam um avanço no processo de se avaliar o capital intelectual das organizações sob a ótica dos objetivos semânticos de mensuração de ativos. Uma vez que, uma empresa sem a dimensão do fator humano bem sucedido, fará com que as demais atividades de criação de valor não dêem certo, independentemente de sua estrutura física, do nível de sofisticação tecnológica ou da qualidade de seus produtos e serviços.

6. Abordagem do capital intelectual na perspectiva da tridimensionalidade da linguagem contábil

A mensuração de ativos pode ser vista por diferentes dimensões da linguagem contábil. Assim, deve-se escolher dentro dos métodos de mensuração, qual reflete com maior propriedade o ativo das empresas. É importante observar que a escolha está vinculada aos objetivos das informações e às categorias de usuários.

Tais objetivos apóiam-se na premissa que a contabilidade é uma linguagem, mais precisamente, a linguagem do mundo dos negócios. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.29), a contabilidade é vista como uma linguagem construída por meio de palavras. Como linguagem, insere-se em uma tridimensionalidade de relações e deve preocupar-se com: a) os efeitos que as palavras têm sobre os ouvintes (linguagem pragmática); b) os significados das palavras (linguagem semântica); e, c) o sentido lógico das palavras (linguagem sintática).

Jain (1973, p.78 apud DIAS FILHO e NAKAGAWA, 2002, p.3) salienta que a contabilidade, como uma linguagem de negócios, há semelhanças com a linguagem natural. “Regras contábeis definem a estrutura da contabilidade assim como a gramática define a estrutura inerente a uma linguagem natural”. Assim como a gramática tem um conjunto de regras que permitem a construção de sentenças, a contabilidade se vale de critérios básicos, que constituem uma espécie de gramática financeira, cujo papel é ajudar a descrever transações com razoável acurácia. Ressalta que os princípios contábeis examinam a aplicação das regras contábeis da mesma forma que um proficiente de uma língua atesta a correção gramatical de uma sentença.

Ao longo do tempo a contabilidade vem buscando novas formas de comunicar os recursos que compõem o patrimônio das entidades. Para isso, utiliza-se do processo de identificar, mensurar, registrar e informar as mutações ocorridas no patrimônio das empresas. As discussões sobre as formas alternativas de avaliação dos benefícios que ativos podem gerar para as organizações são prementes, em função da escassez de instrumentos de mensuração dos ativos e do distanciamento entre as abordagens teóricas e práticas. Nesse contexto, a contabilidade como linguagem dos negócios, se apresenta dentro de uma tridimensionalidade de relações, segmentadas nas abordagens sintática, semântica e pragmática.

O objetivo sintático, conforme Hendriksen e Van Breda (1999, p.314), consubstancia-se em teorias descritivas, sem conteúdo empírico, isto é, mostram e explicam quais e como as informações financeiras são apresentadas e comunicadas aos usuários, utilizando-se apenas da lógica. Kam (1989, 487) cita que a dimensão sintática centra-se nas regras da linguagem empregada ou no sentido lógico. Se a teoria estuda a língua portuguesa ou a matemática, então as regras referem-se à gramática ou às regras matemáticas.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), a preocupação reside na sintaxe ou gramática da contabilidade, ou ainda, como lógica contábil. A idéia substancia-se em um dado financeiro relacionado a um outro de maneira lógica, independentemente de seu uso ou significado. A escolha do método de mensuração depende, no primeiro momento, do enfoque adotado para mensuração de ativos. Explicam que os objetivos sintáticos são estudados a partir das seguintes variantes: a) mensuração e vinculação, cujo objetivo é o enfoque tradicional da contabilidade em obter uma base para o cálculo da margem operacional e do lucro de todas as transações, ou seja, consiste na elaboração da demonstração de resultado tradicional, com o enfoque receita-despesa; e, b) mensuração e crescimento

natural, considera que o lucro ocorrerá sempre que houver aumento de ativo ou diminuição de passivo, independentemente da ocorrência de qualquer transação externa. O enfoque adotado deixa de ser receita-despesa e centra-se no ativo-passivo.

O objetivo semântico pode ser considerado uma teoria descritiva, com conteúdo empírico. Hendriksen e Van Breda (1999, p.314) expõem que o objetivo semântico procura dizer algo sobre a realidade, e que sua validade depende de observações. A importância da semântica na teoria da contabilidade reside em constatar se o usuário da informação contábil está compreendendo o significado pretendido pelas informações contábeis evidenciadas. Tal intento reforça a necessidade das informações contábeis apresentarem fidelidade de representação, conceitos bem definidos e verificabilidade empírica.

Kam (1989, p.487) menciona que a semântica está voltada à relação entre uma palavra, um símbolo ou um sinal, no mundo abstrato, em correlação ao objeto ou evento, do mundo real. Assim, quanto mais precisa for essa relação, mais reduzirá a probabilidade de incorrer em erros ou entendimentos indesejáveis. Explica que, às vezes, estas relações são chamadas de regras de correspondência ou definições operacionais: “é a relação semântica que faz uma teoria realística e significativa”. No campo semântico é preciso considerar que o valor das informações depende da capacidade que elas têm de melhorar o conhecimento sobre uma determinada realidade, corroborando para reduzir possíveis riscos e incertezas, de tal maneira que os usuários sintam-se mais tranquilos e apoiados no processo decisório.

Portanto, na linguagem semântica, a preocupação é com o significado da linguagem. A ideia básica está fundamentada na melhor representatividade das demonstrações contábeis. Hendriksen e Van Breda (1999, p.315) explicam que as demonstrações financeiras devem apresentar medidas claramente interpretáveis dos recursos e das obrigações da empresa em um momento específico e permitir mensurações interpretativas de posição financeira com o passar do tempo.

A principal dificuldade com a utilização do enfoque semântico é a falta de definição clara e suficiente dos termos utilizados pela contabilidade. Conceitos como ativo, passivo, receitas e despesas, por exemplo, não possuem um conteúdo semântico adequadamente definido. Um dos objetivos da contabilidade é proporcionar uma medida relativa dos recursos disponíveis à empresa para a geração de recebimentos futuros. No entanto, com o passar do tempo podem ocorrer mudanças que venham a alterar a expectativa de geração de recebimentos futuros, dessa forma, o método de mensuração de ativos escolhido deverá ser capaz de representar esta mudança ao longo do tempo (COSTA e THEÓPHILO, 2001).

Com relação ao objetivo pragmático, este foca a utilidade ou relevância da contabilidade aos investidores e aos demais usuários da informação contábil. Para Hendriksen e Van Breda (1999, p.314), por meio de conteúdo empírico, o enfoque pragmático preocupa-se com a importância e utilidade das informações nas decisões, corroborando nas predições de resultados e no entendimento de eventos presentes e passados. O objetivo pragmático, de acordo com Kam (1989, p.488), refere-se ao efeito das palavras ou símbolos sobre as pessoas, ou seja, a contabilidade está preocupada em conhecer como os conceitos contábeis e suas medidas correlatas no mundo real colidem no comportamento humano.

A abordagem pragmática volta-se para o emprego ou utilidade da contabilidade para investidores, credores, administradores e outros usuários. O enfoque está na capacidade da informação fazer alguma diferença em uma decisão, ajudando os usuários a fazer predições dos resultados de eventos passados, presentes e futuros, e ainda, confirmar ou corrigir expectativas anteriores (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Dias Filho e Nakagawa (2002, p.5), ao fazerem inferência à semiótica, comentam que a literatura contábil compartilha do princípio que a contabilidade, como sistema destinado a identificar, mensurar e comunicar eventos de natureza econômica está inserida no ambiente da tridimensionalidade da linguagem. Explicam que Mason e Swanson (1981) interpretam a mensuração como um signo quantitativo, baseando-se no fato que utilizam numerais para representar alguns atributos associados a um certo objeto ou evento de interesse. Consideram que os eventos possuem atributos ou características qualitativas observáveis que podem ser mensurados.

O conceito científico de mensuração é essencialmente de natureza semântica, uma vez que associa números a objetos ou eventos, a fim de que suas propriedades ou atributos sejam fielmente representados. Quando se pretende descrever, explicar, ou prever a natureza dos objetos ou eventos, o foco é eminentemente semântico. No que se refere ao capital intelectual, por caracterizar-se com elemento intangível, sua mensuração está revestida de subjetividade, sendo esta uma das maiores dificuldades no processo de atribuição de valores monetários. Por conseguinte, o que pode fazer é acompanhar o seu desenvolvimento por meio de indicadores que possibilitam avaliar o potencial do

capital intelectual em criar vantagens às organizações.

Não há até o momento metodologias que permitam mensurar os benefícios econômicos futuros gerados pelos componentes desse ativo intangível. Atualmente, a bibliografia disponibiliza um conjunto de indicadores que possibilitam avaliar a performance da gestão das entidades. Acredita-se que por meio da abordagem semântica, a utilização desses indicadores possibilite avaliar o desempenho planejado, por meio da quantificação dos planos, expressos na forma de orçamentos e padrões, com vistas a fornecer bases comparativas para se mensurar o capital intelectual.

7. Considerações finais

Observou-se na literatura analisada que os ativos são unanimemente conceituados como prováveis benefícios futuros obtidos ou controladas pela entidade, ou seja, seu principal atributo é a potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros à empresa. Desse modo, o capital intelectual, como um dos elementos do grupo de intangíveis, pode ser visto como um recurso econômico com potencialidade de geração de benefícios futuros.

Tem-se, como conceitualmente aceito, que o conhecimento humano tornou-se um recurso econômico proeminente e estratégico, dado a agregação de valor às empresas. É visto como um dos bens mais valiosos e poderosos, inclusive superior aos próprios recursos naturais ou todos os bens físicos que as entidades possuem registradas em seus ativos.

No entanto, dadas as particularidades dos ativos intangíveis, caracterizam-se como investimentos de difícil mensuração, constituindo-se um desafio técnico atribuir-lhes valores monetários. Assim, as metodologias de avaliação do capital intelectual tentam identificar como as ações empregadas nas empresas influenciam o valor dos ativos, uma vez que o valor de mercado de uma empresa é constituído tanto pelo patrimônio visível quanto o invisível.

Ao longo do tempo a contabilidade tem se empenhado em estudar as várias possibilidades de comunicar os recursos que compõem o patrimônio das entidades aos usuários internos e externos. Com isso, a contabilidade é vista como a linguagem do mundo dos negócios, e como tal se insere numa tridimensionalidade de relações. Na abordagem da tridimensionalidade da linguagem contábil, constatou-se que deve preocupar-se com os efeitos que as palavras têm sobre os ouvintes (linguagem pragmática), com os significados das palavras (linguagem semântica) e com o sentido lógico das palavras (linguagem sintática).

No que diz respeito ao objetivo semântico das informações contábeis, este se preocupa em verificar se o usuário está compreendendo o significado pretendido pelas informações evidenciadas pela contabilidade. Por conseguinte, a mensuração dos ativos, sob o enfoque semântico, pressupõe que todas as medidas devem possuir finalidades interpretativas quanto às variações financeiras ocorridas no patrimônio da empresa.

Quanto ao processo de mensuração de ativos sob o enfoque da tridimensionalidade da linguagem contábil, com ênfase específica no capital intelectual, percebeu-se que não há, até o momento, metodologias que permitam mensurar os benefícios econômicos futuros gerados pelos componentes desse ativo intangível. No entanto é possível, com o uso de um conjunto de indicadores, aferir a performance da gestão das entidades com vistas em fornecer bases comparativas para se avaliar o capital intelectual.

Por fim, percebe-se que os ativos possuem diversos atributos possíveis de serem mensurados, e a consideração de mais de um atributo pode ser relevante para os investidores e demais usuários da contabilidade. Os conceitos de mensuração de ativos podem ser complementares, dependendo das circunstâncias em que são mensurados. Mas no âmbito do processo de mensuração, todas as formas alternativas desejam a melhor quantificação possível aos potenciais de serviços futuros que os ativos podem gerar para as entidades.

Referências

ALMEIDA, José Joaquim Marques de. Risco e paradigma da auditoria. **Revista Revisores e Empresas**. Rio de Janeiro. jul./ set. 2001. Disponível em: <<http://www.amprotec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2003.

AAA, American Accounting Association. **Accounting and reporting standards for corporate financial statements and preceding statements and supplements**. Florida: American Accounting Association, 1957.

- _____. **A statement of basic accounting theory (ASOBAT)**. Florida: American Accounting Association, 1966.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BROOKING, Annie, **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thomson Publishing, 1996.
- CANNING, John B. **The economics of accountancy**. New York: The Ronald Press Company, 1929.
- CARNEIRO, Carlos Renato; MARQUES, José Augusto Veiga das. Ativos intangíveis: um desafio presente. **IOB – Temática Contábil e Balanço**. Temática contábil. São Paulo: IOB, n.18, jan. 2003.
- CAVALCANTE, Marcos; GOMES, Elisabeth; PEREIRA, André. **Gestão de empresas na sociedade do conhecimento: um roteiro para ação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHAMBERS, Raymond John. **Foundations of accounting**. Australia: National Library of Australia, 1991.
- COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; THEÓPHILO, Carlos Renato. Mensuração de ativos: uma discussão sob a ótica da teoria contábil como linguagem. In: Asian Pacific Conference On International Accounting Issues, 13, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ: FEA/USP, 2001. CD-ROM.
- DIAS FILHO, José Maria. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo. v. 13, n. 24, p. 38-49, jul. /dez 2000.
- DIAS FILHO, José Maria; NAKAGAWA, Masayuki. Reflexões sobre a dimensão semiótica da análise de balanços: uma contribuição à otimização de decisões de crédito. In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador. **Anais...** Salvador-BA: ANPAD, 2002. CD-ROM.
- EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- FASB, Financial Accounting Standards Board. **Statement of financial accounting standards nº 4**. Impact on corporate risk and insurance management. Stamford, Connecticut, 1980.
- _____. **Statement of financial accounting standards nº 6**. Impact on corporate risk and insurance management. Stamford, Connecticut, 1985.
- GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 5. ed. Great Britain-London: Pitman Publishing Limited, 1994.
- GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade**. 1989. 309 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Curso de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico houaiss**. São Paulo: Objetiva, 2001. CD-ROM.
- IASB, International Accounting Standards Board. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 2001.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KAM, Vernon. **Accounting theory**. 2. ed. California: John Wiley & Sons, 1989.
- LOPES, Alexsandro Broedel. **Manual de contabilidade internacional: capítulo de estrutura conceitual básica da contabilidade**. São Paulo: FIPECAFI, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Curso de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu (Coord). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MONOBE, Massanori. **Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill**. 1986, 190 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Curso de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

MASON, Richard O. & SWANSON, E. Burton. **Measurement for management decision. Addison-Wesley series on decision support**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1981.

MOST, Kenneth S. **Accounting theory**. Columbus: Grid, 1977.

PEREIRA, Carlos Alberto. Avaliação de resultados e desempenho. In: CATELLI, Armando (Org). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo Atlas, 1999.

SANTOS, Lourival Nery. **O problema da mensuração de ativos na contabilidade**. 1994. 127 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 7. ed. Rio Janeiro: Campus, 1997.

SVEIBY, Karl E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TRIPODI, T; FELLIN, P.; MAYER, H. **Análise da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.